

PODER

PSD age em MG contra Planalto

Vice de Zema anuncia saída do Novo e filiação ao partido de Kassab para tentar evitar que legenda se jogue nos braços de Lula

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O tabuleiro eleitoral em Minas Gerais começa a se mover com mais intensidade. O PSD filiará o vice-governador Mateus Simões, atualmente no Novo, em um evento previsto para o próximo dia 27, que já se coloca como pré-candidato ao governo, em 2026. A manobra tem tudo para embolar os planos do Palácio do Planalto para o estado.

Correligionário do governador Romeu Zema (Novo), pré-candidato à Presidência da República no próximo ano, Simões adiantou que a ida para o PSD é para “garantir a sucessão do governador Romeu Zema e a continuidade do nosso projeto de transformação”. Essa, aliás, foi a explicação que enviou, na semana passada, a um grupo de WhatsApp com políticos do Novo. Na mesma mensagem, afirmou que pretende enfrentar “candidaturas aventureiras e o retorno dos que tanto prejudicaram Minas no passado”.

“Não faço essa escolha sem reflexão, mas com convicção. A convicção de quem sabe distinguir o que é mais importante para Minas neste momento. Acredito que a força política do PSD, com a maior bancada na Assembleia e o maior número de prefeitos do estado, é essencial para enfrentar os riscos de candidaturas aventureiras e o retorno dos que tanto prejudicaram Minas no passado. O cenário atual exige um movimento firme e responsável de convergência”, diz um trecho da mensagem. O comentário de Simões tem, pelo menos, dois

Luiz Santana/ALMG



alvos: o senador Cleitinho (Republicanos-MG) e alguém que recebe o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dê a ele um palanque forte no segundo maior colégio eleitoral do país.

No caso do parlamentar, duas pesquisas de opinião o colocam em grande vantagem sobre possíveis adversários. No levantamento da Paraná Pesquisas, divulgado este mês, Cleitinho tem 40,6%, contra 13,5% de Alexandre Kalil (PDT), 13% do senador Rodrigo Pacheco (PSD) e 10,6% de Marília Campos (PT). A sondagem da Genial/Quaest, realizada em agosto,

também indicava a liderança de Cleitinho, com 28%, seguido de Kalil (16%) e Pacheco (9%).

Três nomes

Além de Simões e, possivelmente, Pacheco, o PSD pode ter mais um pré-candidato nessa disputa: o senador licenciado e hoje ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, que tem sido fiel a Lula. A favor dele, contribui o fato de estar no meio do mandato no Senado, ao passo que os oito anos de Pacheco na Casa se esgotam depois das próximas eleições — Aécio Neves

(PSDB) e Carlos Viana (Podemos), despontam como os candidatos mais fortes, segundo as pesquisas feitas junto ao eleitorado.

Não se afasta a possibilidade de Pacheco, Silveira ou os dois se lançarem pré-candidatos para rachar o PSD em Minas. Para o deputado federal e presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, Rogério Correia (PT-MG), Pacheco se mostra como o nome mais forte para derrotar a corrente liderada por Zema e próxima do bolsonarismo.

Mas o próprio senador já fez comentários de que poderia desistir



Acredito que a força política do PSD é essencial para enfrentar os riscos de candidaturas aventureiras e o retorno dos que tanto prejudicaram Minas no passado. O cenário atual exige um movimento firme e responsável de convergência"

Trecho da mensagem do vice-governador Mateus Simões aos correligionários do Novo

» Moro espanta prefeitos do PP

A pré-candidatura do senador Sergio Moro (União Brasil) ao governo do Paraná provocou uma debandada de prefeitos do PP no estado. Dos 61 eleitos em 2024, 18 deixaram a sigla desde a oficialização da federação do PP com o União Brasil, que trouxe consigo a pré-candidatura do ex-juiz da Operação Lava-Jato ao Executivo estadual. As baixas sinalizam que os prefeitos preferem seguir aliados ao grupo político do PSD, do governador Ratinho Júnior, a embarcar na pré-candidatura de Moro. O senador lidera as pesquisas de intenção de voto, mas enfrenta rusgas dentro da federação e do próprio partido para se lançar ao governo. Dos 18 dissidentes do PP, 11 seguem sem partido e sete migraram para o PSD.

Apesar de o PSD fazer parte do governo Lula — detém, além do Ministério das Minas e Energia, as pastas da Agricultura, com Carlos Fávaro, e da Pesca, com André de Paula —, o partido também tem vínculos com o bolsonarismo. O presidente da legenda, Gilberto Kassab, por exemplo, é secretário de Governo e Relações Institucionais do estado de São Paulo. Foi nomeado pelo governador Tarcísio Gomes de Freitas, afiliado político do ex-presidente Jair Bolsonaro e que pode ser lançado à corrida presidencial de 2026.



ROBERTO BRANT

O presidente e o nível do Congresso

A um ano das eleições, é natural que o ambiente da política fique mais conflituoso e que as palavras no discurso político se tornem armas para ferir, ocultar ou iludir. Há 80 anos, George Orwell já dizia que a linguagem política era projetada para fazer que as mentiras soem verdadeiras. Os políticos não são os únicos culpados por isto. Hoje, as variadas fontes de entretenimento que competem pela atenção das pessoas deixam um espaço muito pequeno para as questões da política, o que obriga o discurso político a ser superficial e teatral.

Por mais que essa realidade pareça insuperável, não podemos deixar de tratar a política como coisa séria. Afinal, é pela política que se alcança o Poder, e o Poder afeta de modo decisivo o destino das pessoas e das comunidades. A filósofa e pensadora política Hannah Arendt dizia que o mal prospera com a apatia e não consegue sobreviver sem ela. É preciso trazer a discussão política para o primeiro plano das preocupações e, para esse fim, precisamos ir mais fundo na crítica dos discursos políticos.

Nesses últimos dias, tivemos uma amostra do que a política brasileira nos prepara. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é uma administração que crê ideologicamente que a expansão das despesas públicas é um motor do crescimento. A maior parte dos especialistas está de acordo em que somente as despesas de capital aumentam a produtividade da economia e produzem crescimento que se sustenta com o tempo. Embora as despesas estejam crescendo sistematicamente acima do crescimento normal das receitas, os investimentos estão próximos de zero. Os déficits resultantes são cobertos com

O LEGISLATIVO TEM A OBRIGAÇÃO DE APROVAR TODAS AS PROPOSTAS DO GOVERNO OU OS PARLAMENTARES TÊM LIBERDADE DE CONTESTAR ALGUMAS, EM RAZÃO DO SEU PRÓPRIO JULGAMENTO?

dívida pública. Ao final do mandato, em 2026, a relação Dívida/PIB terá se elevado em 12 pontos percentuais, de 72%, em 2022, para 84%.

Pressionado pelas metas fiscais, que, se não cumpridas, podem levar à desaprovação das contas do governo, e resistente em cortar despesas, que podem esfriar o ânimo dos seus eleitores, o governo submeteu ao Congresso uma medida provisória com variados aumentos de impostos. O Congresso que, até aqui, havia aprovado todos os aumentos de despesas e de receitas propostos pelo Executivo, decidiu negar esse novo aumento. Nada de existencial estava em jogo, mas o governo teve duas reações que precisam ser avaliadas mais a fundo.

O partido do presidente lançou uma peça de publicidade acusando o Congresso de defender os ricos e punir os pobres. A ministra da Articulação Política, Gleisi Hoffmann, declarou que o Congresso votou contra os interesses do país. Afinal, o Congresso tem a obrigação de aprovar todas

as propostas do governo ou os parlamentares têm liberdade de contestar algumas, em razão do seu próprio julgamento?

Raciocinando friamente, pode-se argumentar que o aumento dos impostos é que poderia ser considerado contrário aos interesses do país. Se o Congresso for mera instância homologatória, certamente não estamos em uma democracia. Defender os pobres pode ser uma política fiscal que não produza déficits contínuos e eleve a dívida pública a um patamar que cause o fim do crédito público e o próprio colapso do Estado.

Baixo nível

Para concluir o enredo, Lula, em um palanque, reclamou que “esse Congresso nunca teve a qualidade de baixo nível como tem agora.” Esse Congresso está aí há três anos e nunca havia merecido tão pobre avaliação do presidente. O que nos permite imaginar que a nova avaliação se deve à sua recusa em aumentar impostos que permitiriam mais despesas e mais aprovação eleitoral. Lula fica nos devendo uma explicação mais precisa sobre seus critérios de avaliação.

Esse Congresso que está aí, com seus defeitos e suas eventuais virtudes, é fruto da organização do nosso sistema político, ou seja, da fragmentação partidária e do sistema proporcional de eleição dos deputados. Na próxima legislatura, o Congresso será praticamente o mesmo, e assim para sempre, se o sistema não mudar. Nunca soube que o governo Lula tenha proposto qualquer mudança nesse sentido, o que parece indicar que, até agora, esteve satisfeito com a representação existente. Que se lute pelo poder, mas com um pouco mais de verdade.



Dr. Carlos Correia
Coordenador do OperaDF

Para ampliar o atendimento das cirurgias em todo o DF, este GDF contratou 3 empresas de anestesistas que estão trabalhando dia e noite na rede pública. E contratou, também, 7 hospitais particulares para fazer mais de 15 mil cirurgias.

OperaDF. Menos tempo de espera para as cirurgias eletivas.

Em caso de dúvidas, ligue 162 ou [acesse](#) para saber mais.